

De Usuario Bgh

Eventually, you will unconditionally discover a new experience and talent by spending more cash. yet when? pull off you take that you require to get those every needs following having significantly cash? Why dont you try to get something basic in the beginning? Thats something that will guide you to comprehend even more approaching the globe, experience, some places, subsequent to history, amusement, and a lot more?

It is your extremely own time to play a role reviewing habit. along with guides you could enjoy now is De Usuario Bgh below.

Las obras del espíritu y su originalidad Clara Ruipérez de Azcárate 2012-01-01 El derecho de autor ofrece su protección a aquellas creaciones que exteriorizan cierta originalidad. ¿Qué quiere decir que una obra del espíritu sea original? ¿Quién y cómo se debe trazar esa línea divisoria que marca la frontera entre aquello que se protege y aquello que debe permanecer al margen de la protección ofrecida por la propiedad intelectual? La presente obra analiza el concepto de originalidad y su reflejo en cada tipo de creación del espíritu, ofreciendo una serie de conclusiones y reflexiones que pretenden avanzar en el esclarecimiento de la determinación del objeto protegido por el derecho de autor. Para ello, se estudia, de manera metódica, la forma en la que el carácter original se plasma en cada tipo de creación, así como el modo en que cada obra expresa su individualidad y la originalidad que alcanza cada una de ellas teniendo en cuenta la práctica doctrinal y judicial, tanto en nuestro país como más allá de nuestras fronteras.

Teoria do domínio do fato Pablo Rodrigo Alflen. 2017-10-06 Em um momento singular da história do direito penal brasileiro, no qual a jurisprudência traduz a necessidade do estabelecimento de critérios seguros para a caracterização da autoria, sobretudo em casos mais complexos como aquelas atinentes ao direitos penal econômicos (a exemplos do famigerado caso ?mensalão?), impõe-se à comunidade jurídica um voltar de olhos à problemática da autoria em direito penal. Em vista disso, com clareza didática e rigor técnico, a obra apresenta uma exposição aprofundada da teoria do domínio do fato. O autor, de forma instigante, aborda as principais vertentes da teoria, seus critérios e sua aptidão para dar respostas à complexa demandam penal contemporânea. E com isso satisfaz um dos reclamos formulados em caráter de maior urgência pelos operadores do direito de todo País.

Fórmula de Radbruch y derecho penal Giuliano Vassalli 2014-04-14 La superación del pasado en la jurisprudencia y en la doctrina

alemana de los últimos cincuenta años; La superación del pasado en la experiencia comparada y la singularidad del caso alemán; consideraciones conclusivas.

Patrimônio e bens digitais Nattasha Queiroz Lacerda 2022-04-27 O presente trabalho tem por escopo analisar as celeumas concernentes aos perfis de usuários nas redes sociais, no que diz respeito à adequação das naturezas jurídicas e dos conceitos clássicos aos bens digitais e ao patrimônio digital, bem como a natureza jurídica de cada um dos tipos de perfis de usuários nas redes sociais. Parte-se do contexto histórico-social, das premissas axiológicas e deontológicas, da dogmática clássica da doutrina brasileira e estrangeira, a fim de desenvolver conceitos iniciais básicos para a resolução de questões nas mais diversas esferas jurídicas e possíveis regulamentações, ante a análise das legislações nacionais já existentes e estrangeiras, especificamente, espanhola, alemã e estoniana. A preocupação central é compatibilizar os conceitos e leis já existentes na sociedade da era digital, de modo a abranger de forma factível e sem deixar lacunas às novas situações jurídicas protagonizadas no ambiente virtual.

Raíces 1971

Civil Liability in Europe for Terrorism-Related Risk Lucas Bergkamp 2015-10-13 Comprehensive and forward-looking analysis of civil liability for terrorism-related risk under international, EU and selected national tort laws.

Estudios sobre la ley de propiedad intelectual. Últimas reformas y materias pendientes Bercovitz Rodríguez Cano, Rodrigo Desde la Asociación Literaria y Artística para la Defensa del Derecho de Autor (ALADDA), a la que Rodrigo Bercovitz honra con su pertenencia desde hace muchos años, no podíamos ni queríamos dejar de contribuir al impulso y publicación de esta obra, que reúne un compendio de magníficas contribuciones sobre algunos de los temas -clásicos y modernos- de mayor interés y dificultad en el ámbito de la propiedad intelectual.

Noticias de la semana 1994

Dimensões do Direito e da Tecnologia na Contemporaneidade Vinícius Borges Fortes 2020-11-20 A obra é resultado de estudos desenvolvidos no âmbito do Programa de Mestrado em Direito da IMED/RS, especialmente no campo da regulação e tecnologia. Congrega textos sobre temas como a uberização das relações laborais, mídia e informação, biotecnologia e inteligência da informação, proteção de dados, processos de decisão automatizados por inteligência artificial, monitoramento eletrônico no sistema penal, health wearables, regulação e economia compartilhada, atividade notarial em meio eletrônico, uso de dados e democracia.

Reforming Corporate Retail Investor Protection Diane Bugeja 2019-12-12 The spate of mis-selling episodes that have plagued the financial services industries in recent years has caused widespread detriment to investors. Notwithstanding numerous regulatory interventions, curtailing the incidence of poor investment advice remains a challenge for regulators, particularly because these measures are taken in a 'fire-fighting' fashion without adequate consideration being given to the root causes of mis-selling. Against this backdrop, this book focuses on the sale of complex investment products to corporate retail investors by drawing upon the widespread mis-selling of interest rate hedging products (IRHP) in the UK and beyond. It brings to the fore the relatively

understudied field concerning the different degrees of investor protection mechanisms applicable to individual retail investors – as opposed to corporate retail investors – by taking stock of past regulatory reforms and forthcoming regulatory initiatives as well as, more importantly, the conclusions reached by the judiciary in IRHP mis-selling claims. The conclusions are particularly interesting: corporate retail investors are in a vulnerable position when compared to individual retail investors. The former are exposed to a heightened risk of mis-selling, meaning that regulatory intervention should be targeted accordingly. The recommendations made as a result of these findings are further supported by insights emerging from behavioural law and economic theories. This book is aimed at researchers, lawyers and students with an interest in the financial regulation field who are keen to explore potential regulatory reforms to the investment services regime that address the root causes of mis-selling, and restore a level playing field amongst all retail investors.

Productos defectuosos y derecho penal Lautaro Contreras 2018-02-20 El autor investiga un aspecto particular de la responsabilidad penal por el producto: el principio de confianza como criterio delimitador del cuidado debido. Asimismo, analiza de qué manera el principio de confianza permite delimitar los deberes de conducta de todos aquellos que intervienen en la fabricación y comercialización de productos. Ofrece también un panorama acerca de los fundamentos del principio, así como de su aplicación en el ámbito del Derecho Penal del tráfico, de la medicina, ambiental y de la construcción.

Direito Digital Allan Rocha de Souza 2021-04-19 "Esta obra coletiva se baseia em três grandes linhas: situações jurídicas existenciais na sociedade da informação, a proteção do consumidor na Internet e direitos autorais e tecnologia. A pedra fundamental deste livro foi o grupo de pesquisa Relações Privadas e Internet, por mim criado e coordenado no Mestrado e Doutorado em Direito Civil da Faculdade de Direito da UERJ, juntamente com a disciplina homônima, ministrada entre 2009 e 2010 e voltada aos novos problemas gerados pela regulamentação civil da Internet no Brasil. Integraram o grupo os pesquisadores João Victor Rozatti Longhi (UFU), Pedro Marcos Nunes Barbosa (PUC-Rio), Thaita Campos Trevizan (FDC), Pedro Modenesi (UERJ), Helen Cristina Leite de Lima Orleans (UERJ) e Vinícius Klein (UFPR), que apresentaram importantes contribuições. Juntaram-se ao grupo, num segundo momento, outros alunos do Programa de Pós-Graduação em Direito da Faculdade de Direito da UERJ, em especial Fernanda Nunes Barbosa, Vitor de Azevedo Almeida Júnior, Gabriel Rocha Furtado, Antonio dos Reis Silva Jr. e Paula Moura Francesconi de Lemos Pereira. Posteriormente, foram convidados a participar deste livro diversos professores e pesquisadores de diversas instituições, como Danilo Doneda (SENACON), Allan Rocha de Souza (UFRRJ), Sérgio Branco (IBMEC), Ana Paula Barbosa-Fohrmann (UFRJ), Carlos Afonso Pereira de Souza (UERJ), Renato Porto (UNESA), Cláudio Lins de Vasconcelos, Helder Galvão (OAB-RJ) e Antonia Espíndola Longoni Klee (UFRGS), todos especialmente renomados na área, numa grande soma de esforços para a permanente construção e reconstrução do direito privado brasileiro. Na segunda edição, somaram-se textos dos especialistas Ana Amélia Menna Barreto (OAB-RJ), Gabriel Oliveira de Aguiar Borges (UFU), José Luiz de Moura Faleiros Júnior (UFU), Juliano Madalena (UFRGS), Manuel David Masseno (Escola Politécnica de Beja, Portugal), Renato M. S. Opice Blum (INSPIER), Sophia Martini Vial (UFRGS), Têmis Limberger (UNISINOS) e Walter Aranha Capanema (EMERJ),

estudiosos das relações entre Direito e Internet. Na quarta edição, brindam-nos, nomes como Bruno Bioni (USP/Dataprivacy Brasil), Rafael Zanatta (USP/Dataprivacy Brasil), Cíntia Rosa Pereira de Lima (FDRP/ USP), Roberta Densa (PUC-SP/FDSBC), Cecília Dantas (IDP/DF), Pedro Goic Martinic (Universidad Católica de Temuco, Chile), Antonio Vecchio (Università Mediterranea di Reggio Calabria, Itália) e Angelo Viglianisi Ferraro (Università Mediterranea di Reggio Calabria, Itália). Agradecemos especialmente ao empenho ao amigo e pesquisador José Luiz de Moura Faleiros Júnior, pelo inestimável auxílio na revisão e atualização das terceira e quarta edições Guilherme Magalhães Martins João Victor Rozatti Longhi.

The Palgrave Handbook of European Banking Union Law Mario P. Chiti 2019-05-16 This handbook analyses the European Banking Union legal framework focusing on legislative acts (regulations and directives), case law and the resolution procedures. In addition, it will pay attention to the division of responsibilities between the ECB and the national authorities, with special attention to the Single Supervisory Mechanism (SSM) and the Single Resolution Mechanism (SRM). To give a more complete picture, the book will also cover the implementation of European Deposit Insurance Scheme (so called third pillar) still under construction, and appeal to academics, researchers and students of banking and financial law.

Autorresponsabilidade da Vítima e Imputação Objetiva Antonio Carlos Alves Linhares 2020-09-09 A pesquisa investiga hipóteses de contribuições à autocolocação em risco e heterocolocação consentida em risco avaliando fundamentos para a (não) responsabilização de terceiro, a exemplo de disputas automobilísticas desautorizadas mal sucedidas, uso de droga fornecida por outro com resultado danoso à saúde ou vida do usuário, transmissão de agente etiológico de doença letal mediante relação sexual desprotegida, lesões decorrentes de acidentes ocorridos no contexto de caronas fornecidas por condutor visivelmente embriagado e outros. A disposição de direitos foi estudada na perspectiva da teoria dos direitos fundamentais, sobretudo em sua vertente objetiva e ainda conforme o instituto do consentimento do ofendido. São diferenciadas as hipóteses (i) autolesivas daquelas onde se verifica o (ii) consentimento do ofendido quanto ao resultado lesivo da conduta alheia (heterolesão consentida) e ambos os grupos distinguidos daqueles casos consistentes em (iii) manifestação permissiva do ofendido quanto à participação em situações arriscadas com predomínio de controle da situação mais ou menos acentuado por terceiros (contribuições à autocolocação em risco e heterocolocação consentida em risco). São estudadas e oferecidas soluções fundamentadas na teoria da imputação objetiva roxiniana (funcionalismo teleológico) bem como na teoria da tipicidade conglobante zaffaroniana (funcionalismo redutor).

Anuario de Derecho Civil (Tomo LXXIII, fascículo II, abril-junio 2020) Varios autores 2020-07-01 Esta publicación es de carácter trimestral. En cuanto a su Consejo de Redacción y Consejo Asesor, su director es Antonio Manuel Morales Moreno, y la secretaria la ejerce Nieves Fenoy Picón. El Anuario contiene monografías que realizan el estudio de temas y materias de derecho privado suscitados en muchos casos por la actualidad social y legislativa de nuestro país, a lo que se suman reseñas de los seminarios más destacables celebrados en el período correspondiente en el territorio nacional, y recensiones de la bibliografía más sobresaliente disponible en el mercado editorial. A lo anterior se añaden relaciones o repertorios de decisiones relevantes del derecho comunitario y menciones de pronunciamientos del Tribunal Superior de Justicia de la Unión Europea. Finalmente, se

incorporan resúmenes de fallos dictados por el Tribunal Supremo, con una precisa identificación de las materias afectadas.

Direito ao esquecimento e seus mecanismos de tutela na internet Júlia Costa de Oliveira Coelho 2020-06-01 Obra destinada ao universo jurídico que trata sobre o direito ao esquecimento e seus mecanismos de tutela na internet. Como alcançar uma proteção real no universo virtual?

Kartellrechtliche Innovationstheorie für digitale Plattformen Sebastian Louven 2020-11-01 Die vorliegende Arbeit untersucht zum einen das Verhältnis zwischen Kartellrecht und Datenschutzrecht, wie es auch Gegenstand des Facebook-Beschlusses des BGH war, zum anderen das Verhältnis von Innovation und Kartellrecht. Im Kontext der Dynamik des Wettbewerbs und der Bedeutung von Wissen in der Informationsgesellschaft formuliert sie eine Theorie zur Findung kartellrechtlicher Entscheidungen unter Unsicherheit und Dynamik. Die daraus resultierende materielle Abwägungslehre bezieht die wirtschaftsverfassungsrechtlichen Grundrechte und Grundfreiheiten ein, die als wahrgenommene tatsächliche Entfaltungsfreiräume für Innovation stehen können.

Privaatrechtelijke gevolgen van een schending van het mededingingsrecht Ingrid Petronella Maria Ligteringen 2016 Het in Nederland geldende vermogensrecht wordt in toenemende mate beïnvloed door het recht van de Europese Unie. Het Europese mededingingsrecht is daarvan een belangrijk en sprekend voorbeeld. Het VWEU regelt in artikel 101 lid 2 de nietigheid van overeenkomsten die de mededinging binnen de interne markt verhinderen. Afgezien daarvan laat het Unierecht de privaatrechtelijke consequenties van de schending van het Unierechtelijke mededingingsrecht over aan de lidstaten. Wel is vereist dat bij het vinden en toepassen van privaatrechtelijke rechtsmiddelen de volle werking en het nuttig effect van het mededingingsrecht worden gewaarborgd. Dat roept de vraag op welke voorwaarden het Europese recht aan het nationale recht stelt opdat vorderingsrechten die uit het Europese recht voortvloeien verwezenlijkt worden.

Jurisprudência comentada dos tribunais alemães Flávia Campos 2021-07-14 Os tópicos escolhidos pela autora para comentar, foram extraídos de casos paradigmáticos, de grande atualidade como, por exemplo, a eficácia dos direitos fundamentais na esfera do direito privado (Caso Lüth), que abre o livro, onde a autora faz importante comentário sobre a decisão do Bundesverfassungsgericht. A atualidade e importância dos julgados comentados estão, ainda, caracterizados pelos temas: o de que homem não pode constar do registro civil da criança como "mãe" porque, segundo o Bundesgerichtshof (BGH), mãe é quem dá à luz, tarefa natural – e materialmente impossível de ser desempenhada pelo homem; iCloud deve disponibilizar aos herdeiros o acesso à conta do falecido; negação do holocausto não é, propriamente, liberdade de expressão; não é de reconhecer-se automaticamente o registro de duas mães no assento de nascimento da criança; planos de saúde devem cobrir custo de inseminação artificial em mulheres maduras; é possível a transmissão de herança digital; médicos são absolvidos por haverem participado de suicídio assistido; BVerfG admite a existência de um terceiro gênero; clínica de inseminação artificial tem o dever de informar a identidade do doador de sêmen; uso de cookies exige consentimento ativo do usuário e não somente passivo, entre outros temas. Como se vê, os temas são modernos, atuais e de grande relevância para o direito privado, razão da grande oportunidade que a autora nos dá a todos, de tomar conhecimento do estágio atual do direito alemão e da jurisprudência sobre os

casos mais significativos dessa modernidade. Os comentários da autora são realizados de forma direta e objetiva, quase que em linguagem jornalística, o que dá ao livro a possibilidade de ser lido e entendido pelo público fora do direito, aumentando o espectro de abrangência dos destinatários do texto da Prof.a Karina Nunes Fritz. Há, ainda, duas entrevistas com os juristas alemães Nils Jansen (Universidade de Münster) e Jörg Neuner (Universidade de Augsburg), ambos titulares da cadeira de Direito Civil de suas universidades que falam sobre o direito privado em geral e, mais especificamente, sobre os impactos da pandemia de Coronavírus (COVID-19) na seara do direito privado. O livro, em suma, é de extrema atualidade e, muito embora seja de fácil leitura, os comentários são feitos de forma profunda por quem conhece o direito privado, a doutrina e a jurisprudência alemãs, que é a Prof.a Dr.a Karina Nunes Fritz.

Bens Digitais Bruno Zampier 2020-09-21 Redes sociais, e-mails, milhas aéreas, moedas virtuais, músicas e livros digitais: lidamos diariamente com uma série de interesses que não estão a merecer a devida atenção do mundo jurídico. Este livro aborda a questão dos bens digitais na sociedade da informação, buscando analisar o contexto sociológico no qual estes ativos surgem, sua natureza jurídica, a importância no atual momento histórico, suas repercussões no âmbito da personalidade humana e em sede patrimonial. Ademais, busca encontrar soluções para problemas que esta nova categoria de bens jurídicos suscita, principalmente quando da ocorrência da morte ou superveniência de incapacidade do titular, visando preservar os interesses envolvidos, tais como o do próprio sujeito, de seus familiares, de terceiros e dos provedores de Internet. Para tanto, envereda-se pelas novas fronteiras da autonomia privada, discutindo a possibilidade de a vontade regular este destino, seja por meio de testamentos digitais ou diretivas antecipadas. Na ausência de manifestação de vontade, discute-se sobre o eventual papel regulamentador do Estado quanto ao tema e, também, as formas de atuação do Judiciário. Por fim, procede-se a uma análise da legislação comparada, dando ênfase aos projetos de lei existentes nos Estados Unidos e Europa sobre os denominados digital assets.

The Harmonization of Civil and Commercial Law in Europe Gian Antonio Benacchio 2005-10-10 The "Europeanization" of European private law has recently received much scrutiny and attention. Harmonizing European systems of law represents one of the greatest challenges of the 21st century. In effect, it is the adaptation of national laws into a new supra-national law, a process that signifies the beginning of a new age in Europe. This volume seeks to frame the creation of a new European Common Law in the context of recent events in European integration. Engaged in timely and cutting edge research, the authors cast into fine relief the building of a European Common Law. The work is envisioned as a guide and written in a research friendly style that includes text inserts and an extensive bibliography. In particular, this book seeks to orient lawmakers, as well as those individuals interested in EU law, in the intricacies of consumer protection, contractual law, timesharing, and other important aspects in the harmonization of domestic and EU law books. The detailed analysis and research this volume accomplishes is invaluable to those scholars and lawmakers who are the next generation of European leaders.

Dinamis 1970

Whatever it takes?

Kai-Oliver Knops 2021-11-16

The Foundations of European Private Law Roger Brownsword 2011-09-19 There remains an urgent need for a deeper discussion of the theoretical, political and federal dimensions of the European codification project. While much valuable work has already been undertaken, the chapters in this volume take as their starting point the proposition that further reflection and critical thought will enhance the quality and efficacy of the on-going work of the various codification bodies. The volume contains chapters by representatives of the Common Frame of Reference, the Study Group and the Acquis Group as well as by those who have not been involved in particular projects but who have previously commented more distantly on their work - for instance those belonging to the Trento Group, and the Social Justice Group. The chapters between them represent the most comprehensive attempt so far to survey the state of the codification project, its theoretical, political and federal foundations and the future prospects for enforcement and compliance.

Rechtsdurchsetzung und Prozess, Globalisierung und Digitalisierung Stefan Grundmann 2021-09-14 Rechtsdurchsetzung, Globalisierung und digitaler Raum ist in aller Munde. Brasilien ist eines der ersten Länder, das gegen systematische Nutzung von Big Data zulasten bestimmter Kundengruppen vorgeht. Die Europäische Union gilt als Vorreiter für Privatschutz in einem globalisierten digitalen Raum. Viel breiter jedoch bildet die Digitalisierung auch im Bereich der Rechtsdurchsetzung das allesbeherrschende Thema unserer Zeit. Der Band versammelt die Vorträge zum Thema aus den letzten beiden Jahrestagungen der Deutsch-Lusitanischen Juristenvereinigung in Porto und Karlsruhe.

Derecho Privado de Internet Pedro A. de Miguel Asensio 2022-01-17 Esta sexta edición proporciona un estudio actualizado del régimen jurídico de Internet y las actividades desarrolladas a través de las redes digitales. Junto a las alternativas de regulación de Internet, reciben especial atención cuestiones como: los servicios de la sociedad de la información, las plataformas en línea y las redes sociales; el régimen de responsabilidad por contenidos ilícitos en Internet; la protección de datos personales; las prácticas comerciales desleales y las restricciones a la publicidad y el comercio de ciertos productos y servicios, como los juegos de azar; los nombres de dominio y los identificadores en Internet; la protección de las patentes, los secretos empresariales y las marcas; la tutela de la propiedad intelectual, incluyendo el tratamiento de los buscadores, redes P2P, sitios de enlaces y plataformas para compartir contenidos en línea; las firmas electrónicas y servicios de confianza para las transacciones electrónicas; la contratación en redes digitales, valorando las obligaciones de información previa, las implicaciones del empleo de condiciones generales y las particularidades de la contratación de consumo y de la comercialización en línea de contenidos y servicios digitales, así como el desarrollo de mecanismos extrajudiciales de solución de controversias.

Herança Digital - TOMO 01 Aline de Miranda Valverde Terra 2022-09-27 Há algum tempo, temos nos deparado com inúmeros desafios que os bens digitais vêm apresentando. Entender esse novo universo que representa parte da vida de quase todos os brasileiros, as projeções das identidades na Internet, o trato adequado do patrimônio digital, fazem despertar a consciência da necessidade de tutela jurídica a esses novos tipos de bens e direitos... afinal, a pandemia fez com que se tornasse tênue a

separação da vida online da offline – se é que ela ainda existe. Ante a ausência de legislação específica que trate do tema, a tarefa do intérprete é um juízo de adequação aos instrumentos normativos existentes, a fim de se investigar a necessidade de termos leis talhadas para esses bens que, embora possam facilitar a aplicação do arcabouço normativo, podem não ser construídas com a argúcia necessária que os novos ativos requerem. Se as repercussões desses novos bens durante a vida dos seus titulares ainda carecem de estudos, o que dirá seus efeitos post mortem. O ponto de partida dessa reflexão é a tarefa de delimitar o acervo transmissível pelas regras do direito sucessório: todos os dados se transmitem ou apenas aqueles com natureza patrimonial ou dúplice? É dado aos herdeiros conhecer todas as situações jurídicas digitais nas quais o titular da herança está inserido ou faz-se necessário redimensionar a ideia de privacidade, projetando-a para uma tutela post mortem? É preciso avançar para além dessas perguntas – mesmo elas sendo essenciais para que haja uma base sólida desse instituto jurídico, comumente chamado de herança digital – a fim de se pensar em efeitos mais específicos que ele gera, formas de avaliação, como deve ser feita sua tributação, se serviços de streaming estão no âmbito do patrimônio transmissível, como qualificar o direito de acesso nessa seara e enfrentar muitos outros problemas em que essa situação jurídica repercute. Foi em razão dessas inquietações que esse livro nasceu. Entre outras afinidades, a busca pelas respostas a essas controvérsias uniu as coordenadoras, há algum tempo. Por isso, esse projeto foi pensado a partir de problemas que pudessem ser estudados com a maior seriedade por esse time de autores comprometidos com o desenvolvimento de uma dogmática civilista séria, útil e coerente. É nesse sentido que a presente obra se debruça sobre temas diversos, como tecnologia e morte, bens digitais, regulação da herança digital, direito de acesso, streaming, exploração econômica de perfis de pessoas falecidas, direito ao esquecimento, inteligência artificial, tutela póstuma dos direitos da personalidade, aspectos processuais, testamento virtual, legítima, dentre outros. Embora essa iniciativa não esgote o tema, ela apresenta importante passo no amadurecimento da discussão no cenário jurídico. Fica aos leitores o convite para o debate, a fim de que possamos avançar na proposição de soluções para as polêmicas que os bens digitais apresentam ao ordenamento brasileiro. Agradecemos a editora Foco por mais uma vez estar conosco em nossos projetos e a todos os autores que abraçaram esse desafio. Ana Carolina Brochado Teixeira Livia Teixeira Leal

Direito das sucessões Ana Carolina Brochado Teixeira 2021-11-15 O Direito das Sucessões vem sofrendo grandes mudanças, resultantes dos influxos sociais, da estrutura dos bens e das relações familiares. A normativa do Direito Sucessório, porém, não vem acompanhando ditas mudanças, razão pela qual vários dos problemas contemporâneos que se apresentam ao fenômeno sucessório demandam soluções próprias construídas pela doutrina e jurisprudência por meio da interpretação do sistema, pois muitas delas não encontram resposta pronta na lei. As múltiplas entidades familiares atreladas a uma nova compreensão da função da família na sociedade civil, entendida como um espaço de desenvolvimento da personalidade de cada um de seus membros, sendo consequência desta atual dimensão funcional a facilitação do divórcio no Brasil decorrente da Emenda Constitucional 66, bem como a especial proteção destinada aos vulneráveis, como crianças, idosos e mulheres, colocaram em xeque o enquadramento da sucessão legítima, desafiando novos espaços de autonomia do titular do patrimônio, sem descuidar de

seu fundamento, a saber, a solidariedade familiar. As transformações na estrutura dos bens – que passaram da quase "sacralidade" do patrimônio imobiliário para a ampla valorização dos bens móveis (valores mobiliários, ações, bens digitais, entre outros) – também tem desafiado o Direito das Sucessões, a fim de se resguardar meios para a formalização da transferência aos herdeiros. Nota-se que o crescimento dos espaços de contratualização no Direito de Família não repercutiu tão amplamente no Direito das Sucessões, conquanto se esteja questionando institutos tradicionais, tais como a legítima, a condição de herdeiro necessário do cônjuge (e do companheiro) e os pactos sucessórios, por exemplo. Assim, não obstante o Direito das Sucessões tradicionalmente conjugue autonomia e solidariedade, a realidade tem exigido que ditos pilares sejam melhor balizados e ponderados, com o redimensionamento da solidariedade familiar. É nesse contexto de grandes questionamentos que problemas têm surgido e, junto com eles, uma abordagem crítica para a busca de soluções coerentes com o sistema. Essa foi a ideia desse livro que moveu as coordenadoras a idealizar essa obra com o recorte reflexivo e prático para pensar sobre os desafios e problemas quotidianos da vida profissional. Com esse escopo, foram convidados importantes estudiosos do Direito das Sucessões para contribuir com propostas hermenêuticas para esse fim, a quem agradecemos a parceria. Este é o livro que, com muita alegria, apresentamos ao público, com a função de contribuir para o debate e para a construção de um Direito das Sucessões que sirva às necessidades e aos anseios sociais.

Anuario de derecho civil 1997

Ciberdelitos Gustavo E. Aboso 2022-04-11 Durante la Pandemia por COVID-19, la delincuencia informática aumentó en un 300% en la República Argentina. Esta obra colectiva nuclea trabajos de reconocidos autores, publicados en el Suplemento de Derecho Penal y Procesal Penal -dirigido por el Dr. Gustavo E. Aboso-, sobre aspectos sustanciales y procesales de los ciberdelitos e incluye una gran selección de jurisprudencia sobre el tema. El lector interesado en adentrarse en esta compleja realidad, podrá hacerlo a través de una prolija clasificación de las cuestiones principales y más controvertidas. La estafa informática, la clonación de tarjetas de crédito y débito, el phishing, el hackeo de datos, el sabotaje informático, la nueva regulación del delito de distribución de material de abuso sexual infantil y la controvertida incorporación de la tenencia para autoconsumo punible, la pornovenganza, el sexting, el acceso no autorizado a comunicaciones telemáticas, el ciberbullying, el lavado de activos por medio de criptomonedas, son solo algunos de los temas abordados en esta obra de innegable actualidad.

Manual de informaciones Argentina. Ejército 1995

La carga de mitigar el daño BEATRIZ. EXTREMERA FERNANDEZ 2022-03

A (In)transmissibilidade da herança digital na sociedade da informação Júlia Schroeder Bald Klein 2021-10-26 A única certeza da vida é a morte, fato jurídico que acometerá todo e qualquer ser humano, sem distinção. Tratar da sucessão causa mortis sempre foi um assunto indigesto. Atualmente, com a cibercultura e as inovações tecnológicas, até mesmo a repercussão da morte ganhou novas conotações. A concepção clássica do instituto do inventário reconfigura-se a partir da herança digital. Se no passado recente, suceder, inventariar e partilhar bens estava delimitado à herança de pessoas mais abastadas e relativamente mais velhas,

a herança digital vem democratizar os procedimentos de inventário e de partilha, abrangendo sujeitos de todas as classes sociais, étnicas, gêneros e idades. Diversas pessoas podem não ter bens imóveis, veículos e contas bancárias milionárias, mas é alta a probabilidade de possuírem uma conta em rede social e bens digitais dos mais variados tipos. A herança de bens digitais é uma realidade cada vez mais tangível na sociedade e reflexões em torno da sua (in)transmissibilidade se mostram impreteríveis.

Plural 1987

General Reports of the XXth General Congress of the International Academy of Comparative Law - Rapports généraux du XXème Congrès général de l'Académie internationale de droit comparé Katharina Boele-Woelki 2020-12-17 This book explores convergences of legal doctrine despite jurisdictional, cultural and political barriers, as well as divergences due to such barriers, examining topics that are of vital importance to contemporary legal scholars. Written by leading experts from all continents, its 26 chapters present a comparative analysis of cutting-edge legal issues of the 21st century. While each of the countries covered stands alone as a sovereign state, in a technologically advanced world their disparate systems nonetheless show comparable strategies in dealing with complex legal issues. Several of the chapters show how, in addition to state normative production and state adjudication, a growing panoply of non-state instruments and non-state adjudication are becoming more and more central to the legal field. This book is a key addition to the library of any scholar wanting to keep abreast of the major trends in contemporary law. Representing the current state of law in a vast range of areas, it covers each topic from a comparative perspective. Cet ouvrage, en examinant des sujets d'une importance vitale pour les juristes contemporains, traite des convergences de la doctrine juridique malgré les barrières juridictionnelles, culturelles et politiques ainsi que des divergences dues à ces barrières. Écrits par d'éminents universitaires de tous les continents, ses 26 chapitres présentent une analyse comparative de sujets juridiques majeurs du 21e siècle. Dans un monde technologiquement avancé, bien que chaque pays analysé dans cet ouvrage demeure autonome en tant qu'État souverain, l'ensemble des systèmes disparates présente néanmoins des stratégies comparables pour traiter des questions juridiques complexes. En outre, plusieurs chapitres montrent comment, en plus de la production normative et de la résolution des différends étatiques, la panoplie croissante de différents types d'instruments non étatiques et de résolution non étatique des différends devient de plus en plus centrale dans la sphère juridique. Cet ouvrage est un ajout essentiel à la bibliothèque de tout universitaire souhaitant se tenir au courant des principales tendances du droit contemporain. Il couvre un vaste domaine de sujets traités d'un point de vue comparatif et représente l'état actuel du droit dans chaque domaine.

Legal Issues of Mobile Apps Ioannis Iglezakis 2020-05-12 In less than ten years touchscreen smartphones and their apps have created an unprecedented technological revolution. Yet they are rife with serious potential for breaches of privacy and security, and a lack of uniform rules makes navigation of the legal landscape extremely difficult. Addressing this unstable regulatory environment, this concise, practical guide for the first time provides a measure of legal certainty. It examines case law and legislation in Europe and the United States to highlight the rights and obligations of all actors involved in the marketing of mobile apps, bring to light essential principles and recommend some viable solutions. Nine experts, all versed in the latest developments in international and

national laws and regulations affecting digital mobile technology, examine such key topics as the following: contract law as applied to the sale and use of smartphone apps; intellectual property rights in mobile apps; protection of users; data protection; European Union (EU) medical device legislation and its safety implications for app users; fitness or wellness apps; apps' collection of personal data; apps as hostile code and malware delivery mechanisms; competition law issues; taxation of mobile apps; liability issues for app developers and distributors; and implications of the EU's new regulatory framework on online platforms. Because it is difficult for a basic user to understand how vulnerable everyday apps can be, and because every new information technology platform delivers new risks along with its benefits, legal practitioners working in a wide variety of fields will be increasingly called upon to engage with both personal and enterprise security and privacy breach cases arising from the use of mobile apps. This deeply informed practical analysis goes a long way toward ensuring appropriate handling of legal issues which arise in the mobile app context. Every practitioner, government official and software developer will welcome this much-needed volume.

Redacción económica 1999

Proa 1997

El Derecho sui generis del fabricante de bases de datos Miguel Ángel Bouza López 2001-01-01 El Derecho Sui Generis del fabricante de Bases de Datos en la Directiva 96/9/CE del Parlamento Europeo y del Consejo de 11 de marzo de 1996. Desde el Derecho del Productor de Bases de Datos en el derecho alemán al Derecho Sui Genéris del fabricante de Bases de Datos en el Derecho Español. Incluyendo anexos de bibliografía y legislación.
Historium en su nueva dimension 1969